

## Ficha de unidade curricular

Curso de Interioridade e Relações Transfronteiriças

Unidade curricular

Interior e Relações Transfronteiriças: Perspetiva Histórica

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Eduardo Augusto Alves Vera-Cruz Pinto - 30 horas TP

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Compreensão das principais questões colocadas pela apreensão histórica do fenómeno da interioridade e das relações transfronteiriças, da dimensão criadora da historicidade das matérias próprias do interior e das suas populações e do labor das elites locais na construção de novos conceitos e categorias de pensamento que promovam a institucionalização da interioridade na historiografia nacional e local. Apreensão dos elementos fundantes de uma teorização historiográfica necessária sobre a problemática da fronteira física como marco separador de comunidades e da diversidade nacional em época de internet e de ciberespaço, ligando a tradição à inovação e a História à programação de políticas de discriminação positiva do interior, Criar hábitos de pensamento e de crítica.

Compreensão da importância da História na efetivação de políticas públicas de desconcentração administrativa; desburocratização; descentralização política e de coesão territorial e social.

Conteúdos programáticos

I. a História dos municípios do interior e da sua luta por competências próprias face ao poder central. A questão da complementaridade entre História e dogmática; historicidade e ativismo local. História *versus* Tradição. O uso da História como narrativa comprometida com a ideologia. A historicidade das comunidades locais e a autonomia didática da "História da interioridade". A dimensão prática da diferença histórico-conceptual entre: regiões administrativas e autarquias locais. A tensão o popular e o erudito na questão da interioridade. O estudo da história pela oralidade e pelos provérbios, adivinhas e anedotas. A extinção dos forais e as reformas administrativas de Mouzinho da Silveira na concentração de poderes políticos. Os efeitos da integração europeia na autonomia dos poderes locais. A centralidade da eleição de autarcas na realização da democracia e da cidadania ( a história eleitoral local no interior). A noção de interior pela história do conceito.

II. Os conceitos atuais de: freguesia; concelho; município; câmara e a sua revisão pela História. As origens e as características do municipalismo português. As revoluções do interior e o seu fracasso. A dimensão geográfica da estratificação social e das diferenças económicas. Romanismo e germanismo como categorias historiográficas no discurso de discriminação negativa do interior. O interior nos Programas partidários e de governo na vigência da Constituição de 1976. História político-constitucional e poder local.

III. As fontes do saber local: o jornalismo; a literatura; as homilias; a música (folclore); as romarias; a poesia popular. A composição local de conflitos fora das instâncias judiciais. Os efeitos da ausência do Estado no interior (efeitos das políticas de abandono institucional do interior e das suas populações: sua compreensão pela História). Desjudicialização: homens bons e juizes de

Paz. A História do interior no ensino universitário. A história judiciária e a sociologia no entendimento da marginalidade no interior e os seus juízos de censurabilidade específicos.

IV. A fronteira internacional como limitação de acesso de pessoas e bens (já não de circulação) na História da UE. A noção de “transfronteiriço” e a sua dimensão histórico-política. As relações Portugal/Espanha: as bilaterais e as existentes no âmbito da União europeia. A “regionalização portuguesa” e as autonomias espanholas no relacionamento transfronteiriço. Os órgãos e as instituições para o adequado relacionamento na fronteira. As fronteiras internas litoral/interior. A fronteira da mentalidade: exclusão e vitimização. Fatores de fragilidade do interior e as respostas políticas fundadas na História.

V. Uma nova categoria historiográfica: o interior; um novo conceito histórico-jurídico: interioridade; uma nova instituição administrativa: a federação municipal. Insularidade/interioridade: os processos de autonomização conceptual. A qualificação historiográfica e a classificação didática. A História ao serviço das comunidades do interior. A importância da especificidade como dimensão histórico-normativa da proporcionalidade principiológica. O percurso histórico de uma ideia: manda quem aqui está e decide quem está perto do problema.

VI. As novas problemáticas do interior nas políticas públicas da austeridade. A desertificação do interior pela decisão política do Governo. Sistema partidário, escolha de candidatos e regime eleitoral: o interior em perda. Os representantes do interior na Assembleia da República e o distanciamento das comunidades locais. A força do poder local nas questões nacionais. O financiamento dos municípios e a dívida local. A coesão territorial sem pessoas que o ocupem no interior. A História centenária de uma discriminação formalizada em políticas centralistas. A insuficiência democrática na resposta legal do Estado. O Estado não é só o Governo.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

A compreensão dos principais temas da interioridade e das relações transfronteiriças, pela sua História nas narrativas plurais dos textos políticos; das queixas locais; das decisões do poder central. A ligação entre a História local; das posturas e atos autárquicos; e dos costumes locais na construção de uma interioridade com relevo histórico próprio. Ver a relevância das temáticas historiográficas tratadas na atualidade permitindo o acompanhamento crítico das aulas. Aferir a assimilação das matérias pela discussão de textos lidos em aula.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Metodologia das aulas: lições e seminário.

Parte do tempo é ocupada com uma exposição oral; outra com a visualização de documentários e entrevistas; e outra de debate, aberto à participação dos alunos. Por vezes os alunos são convidados a participar em discussões específicas através da indicação prévia da temática e questões para reflexão e da bibliografia própria para o seu estudo.

A avaliação é constituída pela apresentação de um relatório, tipo *paper*, no final do ano e da sua apresentação oral. A avaliação final considera também a participação crítica dos estudantes no seminário ao longo do ano e trabalhos complementares apresentados, nomeadamente recensão de livros e comentários sobre os temas abordados.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Só através de exposições orais os alunos podem circunscrever as matérias a tratar, sendo alertados para as problemáticas específicas que elas suscitam e para a sua dificuldade histórico-normativa em processos ainda embrionários de afirmação teórica. Os documentários e entrevistas que são projetados destinam-se a possibilitar o contacto dos alunos com realidades impossíveis de

transmitir em exposição oral e com outros protagonistas com visões diversas da do professor, oriundos de ambientes não-acadêmicos e com experiência no exercício de funções executivas ou de planeamento a nível local no interior. Os debates servem para adquirir confiança e conhecimento; ser confrontado com opiniões e soluções diferentes; adquirir espírito crítico e humildade científica. O relatório é o meio adequado para expressar uma aprendizagem baseada nos instrumentos didáticos referidos.

#### Bibliografia principal

AA. VV. HISTÓRIA DOS MUNICÍPIOS E DO PODER LOCAL (DOS FINAIS DA IDADE MÉDIA À UNIÃO EUROPEIA), DIREÇÃO DE CÉSAR OLIVEIRA, CÍRCULO DOS LEITORES, 1996; HENRIQUE DA GAMA BARROS, HISTÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM PORTUGAL NOS SÉCULOS XII A XV, 2ª ED. (11 VOLUMES), LISBOA, 1945-1954; ESTUDOS DE HISTÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTUGUESA, ORG. DIOGO FREITAS DO AMARAL, COIMBRA EDITORA, 1994; ARMANDO CÂNDIDO, INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL (CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO), LISBOA, 1957; JOAQUIM ROMERO MAGALHÃES, O PODER CONCELHIO. DAS ORIGENS ÀS CORTES CONSTITUINTES, COIMBRA, 1986; ANTÓNIO BORGES COELHO, COMUNAS OU CONCELHOS, LISBOA, 1973 AA.VV, O PODER LOCAL EM TEMPO DE GLOBALIZAÇÃO: UMA HISTÓRIA E UM FUTURO, COORD. FERNANDA TAVEIRA DA FONSECA, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2005; PEDRO TAVARES DE ALMEIDA, ELEIÇÕES E CACIQUISMO NO PORTUGAL OITOCENTISTA (1868-1890), DIFEL, LISBOA, 1991; MARIA ANTÓNIA PIRES DE ALMEIDA, O PODER LOCAL DO ESTADO NOVO À DEMOCRACIA, PRESIDENTES DA CÂMARA E GOVERNADORES CIVIS 1936-2012, *E.BOOK*; FERNANDO COSTA, SALVE-SE (D)O PODER LOCAL, ALÉTHEIA EDITORES; MARIA DE LURDES RODRIGUES E PEDRO ADÃO E SILVA, POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REFORMA DO ESTADO, ALMEDINA, 2013; PRIMEIRAS JORNADAS DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL, FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA, EDIÇÕES COLIBRI, LISBOA, 1993; ANTÓNIO MATOS REIS, ORIGENS DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES, LISBOA, 1989; LUIS SÁ, REGIÕES ADMINISTRATIVAS, O PODER LOCAL QUE FALTA, CAMINHO, LISBOA, 1989; JOSÉ ANTÓNIO SANTOS, REGIONALIZAÇÃO. PROCESSO HISTÓRICO, LISBOA, 1985; AA. VV. DIREITO E INTERIORIDADE, FDL, COIMBRA EDITORA, 2012; EDUARDO VERA-CRUZ PINTO, A INTERIORIDADE COMO NOVA CATEGORIA JURÍDICA A PRECISAR DE UM PROCESSO DE CONCEPTUALIZAÇÃO, BRAGANÇA, 2014; AS ORIGENS DO DIREITO PORTGUÊS. A TESE GERMANISTA DE TEÓFILO BRAGA, AAFDL, 1996; A EUROPA E AS REGIÕES PERIFÉRICAS, DOCUMENTOS DA COMISSÃO EUROPEIA, BRUXELAS, 2012.